



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A TUTELA PENAL DOS DIREITOS À INTEGRIDADE FÍSICA E À VIDA DA  
MULHER: UMA ANÁLISE DO FEMINICÍDIO ATRAVÉS DAS PERSPECTIVAS  
JURÍDICA E SOCIOLÓGICA DE GÊNERO

Yohanne de Barros Costa Ferreira de Paula

Rio de Janeiro  
2024

YOHANNE DE BARROS COSTA FERREIRA DE PAULA

A TUTELA PENAL DOS DIREITOS À INTEGRIDADE FÍSICA E À VIDA DA  
MULHER: UMA ANÁLISE DO FEMINICÍDIO ATRAVÉS DAS PERSPECTIVAS  
JURÍDICA E SOCIOLÓGICA DE GÊNERO

Artigo científico apresentado como exigência de  
conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato  
Sensu* da Escola da Magistratura do Estado do  
Rio de Janeiro.

Professores Orientadores:

Mônica C. F. Areal

Nelson C. Tavares Junior

Ubirajara da Fonseca Neto

Rafael Mario Iorio Filho

Rio de Janeiro

2024

## **A TUTELA PENAL DOS DIREITOS À INTEGRIDADE FÍSICA E À VIDA DA MULHER: UMA ANÁLISE DO FEMINICÍDIO ATRAVÉS DAS PERSPECTIVAS JURÍDICA E SOCIOLÓGICA DE GÊNERO**

Yohanne de Barros Costa Ferreira de Paula

Advogada. Residente Jurídica do  
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Pós Graduada em Direito Público e Privado  
pela EMERJ. Pós Graduada em O Ministério  
Público em Ação pela Femperj

**Resumo** – o Brasil, mesmo após dezessete anos de vigência da Lei Maria da Penha, continua sendo um dos países mais perigosos para que as mulheres possam, simplesmente, viverem. De acordo com o ranking mundial de feminicídio, que foi elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Estado brasileiro é o quinto do mundo aonde mais morrem mulheres, tão somente em razão de seu gênero. Sendo assim, diante do crescente número de vítimas de violência doméstica e de feminicídio, o presente trabalho tem o objetivo de analisar, ao longo de todos esses anos, os erros e acertos da tutela penal aos direitos à vida e à integridade física das mulheres no Brasil, além dos limites éticos a serem observados pelos precursores do sistema de justiça no decorrer das suas respectivas atuações profissionais.

**Palavras-chave** – Direito de Gênero; Direito Humanos; Violência Doméstica; Feminicídio.

**Sumário** – Introdução. 1. Discriminação em razão do gênero. 2. A Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. 3. Feminicídio e os limites éticos perante o Tribunal do Júri. Conclusão. Referências.

### **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa tem como propósito principal analisar os erros e acertos da tutela penal aos direitos à vida e à integridade física das mulheres no Brasil, bem como o tratamento dispensado as vítimas de violência doméstica e de feminicídio perante o sistema de justiça brasileiro, de forma a elaborar medidas alternativas para a superação das teses atentatórias a dignidade da pessoa humana e aos limites éticos da própria atuação profissional dos precursores do sistema de justiça. Sendo assim, será possível constatar, no decorrer do presente trabalho, que o acesso ao sistema de justiça ainda é um desafio enfrentado por muitas mulheres, que são desqualificadas perante a audiência de instrução e julgamento, com perguntas relativas à sua vida pregressa, cujo o único objetivo é de desqualificar a imagem da vítima.

Sendo assim, objetiva-se analisar quais são os principais obstáculos que inviabilizam o combate a violência de gênero, em todas as suas modalidades, considerando-se que esse tipo de delito atinge de forma direta, ou indireta, a todas as mulheres, independentemente de qual seja a sua classe social. Para os devidos fins, no primeiro capítulo, visa-se abordar o contexto histórico

e social em que se deu o surgimento da discriminação em razão do gênero, desde o período do Tribunal da Santa Inquisição até os dias atuais.

Subsequentemente, no segundo capítulo, pretende-se realizar a distinção entre os diversos tipos existentes de violência doméstica e familiar contra as mulheres, abordando os requisitos específicos para o deferimento das medidas protetivas de urgência, bem como os seus principais efeitos e consequências. Por fim, no terceiro capítulo, busca-se discorrer acerca da inclusão da qualificadora do feminicídio no ordenamento jurídico brasileiro, bem como sobre a importância da repressão à violência institucional, buscando alternativas para superação de teses atentatórias aos direitos humanos fundamentais das mulheres, como é o exemplo da legítima defesa da honra, que teve a sua inconstitucionalidade recentemente declarada pelo Supremo Tribunal Federal.

Quanto a metodologia empregada, o trabalho de pesquisa faz o uso do método científico hipotético-dedutivo, uma vez que através das controvérsias identificadas, a pesquisadora formula hipóteses que se amoldam a problemática do caso, deduzindo as suas consequências na realidade social. Emprega-se, ainda, a abordagem qualitativa, uma vez que o projeto foi desenvolvido por meio de pesquisa de leis, doutrinas e jurisprudências, de forma a possibilitar a análise da evolução temporal dos delitos em debate.

## **1. DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DO GÊNERO**

Federici <sup>1</sup>, em breve contextualização histórica, ensina que eram 4 os fatores limitadores da relação de dependência das mulheres em face aos seus maridos, sendo eles: (i) a sobreposição da autoridade do senhor feudal em detrimento a autoridade do marido, de modo que era o primeiro que controlava o trabalho e as relações sociais das mulheres; (ii) o fato de que a terra era entregue à família, de forma que a mulher podia trabalhar sobre a terra e dispor dos produtos de seu trabalho, não dependendo materialmente do marido; (iii) o fato de que não havia distinção entre produção e reprodução social, sendo certo que ambas eram valorizadas e vistas como igualmente importantes para o desenvolvimento e subsistência da sociedade feudal e (iv) o fato de que havia uma prevalência das relações comunitárias sobre as relações privadas, que se dava por meio da divisão das tarefas domésticas entre todos os integrantes da comunidade servil.

Entretanto, tal dinâmica encontrou um ponto de flexão determinante, quando os serviços laborais dos camponeses passaram a ser substituídos por pagamento em dinheiro, fato que gerou

---

<sup>1</sup> FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017, p.52

dois grandes efeitos: (i) a gradual quebra dos laços comunitários, uma vez que a relação com o senhor feudal passou a ser individualizada e (ii) o deslocamento de parte do campesinato para o trabalho assalariado. Assim, as mulheres foram as que mais sentiram o impacto dessa mudança, tendo em vista que os fatores que contribuíram para a limitação da autoridade do marido foram, aos poucos, sendo transformados, de forma que forçou o êxodo das mulheres camponesas para as grandes cidades, onde a vida era mais precária, mas ao mesmo tempo, fornecia condições para uma maior autonomia social. Conforme descreve Federici<sup>2</sup>: - as mulheres foram conquistando acesso a ocupações como professoras e médicas que, posteriormente, seriam consideradas masculinas

Noutrovia, em contramão a conquista da autonomia feminina, já era perceptível o início da perseguição empregada contra as mulheres, em gerais camponesas, por meio das inúmeras limitações impostas pelos dogmas religiosos propagados na época, de forma que é possível afirmar que a igreja católica em muito contribuiu para a formação da atual sociedade patriarcal, havendo exercido grande controle sobre a vida e os corpos femininos, na medida em que promovia casamentos arranjados, estabelecia relacionamentos monogâmicos, e em contrapartida, repudiava a separação, o divórcio, a prática de relações sexuais em circunstâncias anteriores ao matrimônio, o uso de métodos contraceptivos e o aborto.

Irresignadas, as mulheres então passaram a adquirir conhecimento sobre a reprodução e a desenvolver métodos de contracepção, retomando o controle sobre o próprio corpo, o que, por si só, lhes garantiu posição de destaque nos movimentos hereges. Posteriormente, tal fato se traduziu na famosa caça às bruxas, instituída pelo Tribunal do Santo Ofício, em que pessoas do gênero feminino eram queimadas na fogueira pela prática de “bruxaria”. Frisa-se, aqui, que a figura da bruxa foi construída como uma caricatura estereotipada da mulher que controlava a própria reprodução e/ou de outras mulheres, havendo sido inserida no imaginário popular como uma mulher a ser temida, perseguida e eliminada.<sup>3</sup>

A perseguição às mulheres hereges fez parte, então, de uma ampla política de confinamento das mulheres ao ambiente doméstico, onde a autoridade do marido, gradativamente reforçada, seria suficientemente eficiente para o controle do corpo feminino. O que Federici<sup>4</sup> aponta com essa reconstrução histórica, é que foi necessário para o desenvolvimento do capitalismo eliminar a possibilidade de as mulheres controlarem a sua reprodução, a qual se tornou

<sup>2</sup> PIMENTEL, Silvia; BIANCHINI, Alice. *Feminismo (s)*. São Paulo: Matrioska, 2021, p. 20

<sup>3</sup> CO.LAB. *A caça às bruxas e o feminismo*. Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/colab/caca-as-bruxas-feminismo>. Acesso em: 07 set. 2023.

<sup>4</sup> FEDERICI, *op. cit.*, p.84.

uma questão de política de Estado. Em outras palavras, o Estado deve ter o controle sobre a reprodução, pois é a mulher que pode fornecer para o capitalismo a força de trabalho necessária para a sobrevivência do sistema, fornecendo, portanto, o proletariado. Muito embora seja possível perceber que, antes do surgimento da primeira onda feminista, as mulheres já se organizavam de forma a garantir melhores condições de vida, e por isso foram violentamente perseguidas.

No âmbito do Brasil, outro importante elemento a ser levando em consideração no estudo sociológico, é o fato de que a sociedade brasileira foi construída com base na escravidão, que perdurou por cerca de 300 (trezentos) anos no país, que diga-se de passagem, foi o último da América do Sul a promulgar uma lei abolindo esta terrível prática criminosa. Assim, verifica-se que durante longos 300 (trezentos) anos, as mulheres negras foram vistas apenas como simples moedas de troca, para fins de força bruta de trabalho doméstico e, em não tão distinto contexto, como objetos sexuais de seus escravizadores. Diante deste contexto histórico, não é difícil compreender o motivo pelo qual as maiores vítimas de violência doméstica e de feminicídio, no Brasil, ainda são as mulheres negras, periféricas e com um baixo grau de escolaridade e de renda, correspondendo a 65,6% do total de 18 milhões de mulheres vítimas no país<sup>5</sup>.

Entretanto, apesar do que apontam as estatísticas, é importante lembrar que esses dois tipos de crime não escolhem cor, território e nem classe social, sendo certo que afetam a sociedade como um todo, uma vez que deixam vítimas que são advogadas, juízas, promotoras, estagiárias ou cuidadoras do lar; que são negras, índias, pardas ou brancas; que moram na zona norte, sul, oeste ou central. Um grande exemplo disso, foi o feminicídio praticado no dia 24 de dezembro de 2020 por Paulo José Arronzenzi, ex-marido da Juíza de Direito Viviane Vieira do Amaral, que ao ter combinado de buscar os filhos na casa dela para passar o feriado de natal com ele, esfaqueou-a por 16 vezes, no rosto e pescoço, na frente das três filhas menores de idade.<sup>6</sup>

A vítima, apesar de ter um notório conhecimento acerca dos seus direitos e um completo acesso ao sistema de justiça, contando com a disposição de patrulhas, veículos oficiais e policiais militares, que são disponibilizados pelo próprio Tribunal de Justiça quando um magistrado (a) se encontra em perigo de vida, infelizmente não conseguiu escapar das estatísticas. Tal fato encontra explicação na premissa básica de que, quando uma mulher morre, todas as outras morrem também, uma vez que o ciclo de violência é perpetuado dentro do próprio lar, para as futuras gerações de

---

<sup>5</sup> UFJF NOTÍCIAS. *Mulheres negras são as maiores vítimas em casos de violência*. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/24/mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-em-casos-de-violencia/>. Acesso em: 02 out. 2023.

<sup>6</sup> G1. *Juíza morta na Barra da Tijuca pelo ex-marido levou 16 facadas diz laudo do IML*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/26/juiza-morta-na-barra-da-tijuca-pelo-ex-maridolevou-16-facadas-diz-laudo-do-impl.html>. Acesso em: 05 out. 2023.

homens e mulheres.

A partir disso, constata-se a importância do movimento feminista e da implementação de políticas educacionais no combate à violência de gênero, que se dá a partir do incentivo aos pais de seguirem uma educação com viés anti-machista, desde a infância, para que os meninos não pratiquem o machismo e as meninas não reproduzam falas sexistas, levando- a quebra de paradigmas e de sentidos comuns, como, por exemplo: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”; “Você vai mesmo sair com essa roupa?; “Homens têm necessidades, você precisa entender”; “Você está louca” e etc.

Espera-se assim, do início ao fim deste trabalho, que além da liberdade e igualdade, a sororidade esteja presente na luta contra a violência de gênero, pois somente através dela é que será possível a sociedade evoluir e vencer a cultura de discriminação contra as mulheres. Em outras palavras, apenas com uma forte rede de apoio, em que nenhuma mulher se cale diante de uma situação de injustiça ou agressão, é que efetivamente será possível mudar essa triste e repulsante realidade que, conforme se constatará adiante, ainda assola a muitas mulheres.

## **2. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

A história do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher começou na década de 1.980 com os S.O.S, que eram grupos de militantes feministas, localizados em algumas capitais brasileiras, entre elas o Rio de Janeiro, que faziam trabalhos com mulheres vítimas de violência doméstica, com o objetivo de promover um espaço de reflexão sobre desigualdade de gênero com pano de fundo para situação de violência vivenciada. Dessa forma, as feministas atuavam diretamente no acolhimento a vítima, escutando as mulheres e fazendo encaminhamento para uma rede informal de profissionais, e concomitantemente lutavam para que o poder público assumisse a sua parcela de responsabilidade pela segurança e tutela da vida das mulheres, reivindicando a adoção de medidas combativas necessárias para a redução do número de vítimas.<sup>7</sup>

Assim, anteriormente a elaboração da Lei n. 11.340/2006, o crime de violência doméstica e familiar contra a mulher era, em grande parte, combatido por organizações não governamentais, na medida em que a legislação considerava como sendo de menor potencial ofensivo, a ser submetido a julgamento perante o Juizado Especial Criminal, no qual o Ministério Público poderia propor a aplicação de pena restritiva de direitos, consistente na entrega de cestas básicas em prol de entidades públicas de caráter social, e o problema era tido como resolvido, pois

---

<sup>7</sup> EMERJ. *A lei maria da penha – 17 anos: avanços e desafios na sua implementação e as novas alterações*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5cyWAM5VExs>. Acesso em: 10 out.2023.

considerava-se um desentendimento interno, a ser solucionado no âmbito da própria residência do casal.<sup>8</sup>

Todavia, com a superveniência do caso paradigma *Maria da Penha x Brasil*, segundo qual houve a condenação do Estado brasileiro perante a corte IDH, o poder legislativo se viu obrigado a criar uma lei que efetivamente combatesse a violência contra a mulher. Assim, a Lei n. 11.340/2006, que ganhou o nome de *Maria da Penha*, surgiu para conferir maior tutela a integridade das mulheres no amplo aspecto das suas vulnerabilidades sociais. Para os devidos fins, o artigo 5º do referido diploma legal definiu como sendo violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão, baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, além de dano moral ou patrimonial, sendo passível de ocorrer no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de orientação sexual ou até mesmo de coabitação.<sup>9</sup>

Constata-se que o sujeito ativo do crime pode ser tanto o homem quanto a mulher, tendo em vista que a lei não realizou qualquer tipo de distinção quanto ao gênero e a sexualidade do agressor, muito embora, surpreendentemente, o Superior Tribunal de Justiça tenha deixado de reconhecer a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar para julgar casos envolvendo união homoafetiva feminina, sob a alegação de não saber a quem proteger.<sup>10</sup> Em contrapartida, o sujeito passivo do delito tipificado no art. 5º da Lei Maria da Penha sempre será a mulher, uma vez que o tipo penal descreve a conduta criminosa como sendo toda ação, ou omissão, baseada no gênero. Aqui compreende-se, como sendo mulheres, todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino, de forma que é possível a extensão da proteção legal às mulheres transexuais, na medida em que os conceitos de sexo biológico e orientação sexual não se confundem com o de gênero, que é muito mais abrangente.<sup>11</sup>

Outrossim, estando delimitado o sujeito ativo e passivo do tipo penal, é importante passar à análise das diversas formas existentes de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Nesse quesito, o art. 7º da referida lei estipulou que as agressões podem ser: (i) físicas, quando há ofensa à integridade corporal ou a saúde da vítima; (ii) psicológicas, quando há

<sup>8</sup> BRASIL. Lei n. 9.099/95, de 26 de setembro de 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm)>. Acesso em: 10 out. 2023.

<sup>9</sup>BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 20 out. 2023.

<sup>10</sup>BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *RESP n. 1.861.769/RS*. Relator: Nefi Cordeiro. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=1082308&num\\_registro=202000346131&data=20200403](https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=1082308&num_registro=202000346131&data=20200403). Acesso em: 22 out. 2023.

<sup>11</sup> BRASIL, *op. cit.*, nota 10.



diminuição na autoestima ou prejuízo a capacidade de autodeterminação da mulher; (iii) sexuais, quando a vítima é obrigada a presenciar, a manter ou a participar de uma relação sexual não consentida, incluindo a privação da liberdade de fazer as suas escolhas pessoais em relação ao próprio corpo (Exemplo: gravidez, uso de método contraceptivo e etc); (iv) patrimoniais, quando há a retenção, subtração ou destruição total ou parcial do patrimônio da ofendida, e por fim (v) moral, quando há manifestação que configure injúria, calúnia ou difamação em desfavor da vítima.<sup>12</sup>

Para além do conhecimento sobre as formas de violência, é importante que as mulheres reflitam sobre o seu bem-estar dentro daquela relação, ou seja, que questionem internamente se aquele namoro, união estável ou casamento está lhe trazendo algum tipo de preocupação constante. Se a resposta for positiva, tem-se um grande sinal de que alguma coisa está errada, pois em uma união saudável, não existe a preocupação sobre a maneira como ele a trata, sobre o tipo de roupa com que ela poderá sair e, muito menos, sobre poder continuar estudando ou frequentando a casa de familiares. É fundamental, por conseguinte, que a vítima busque ajuda para sair da situação abusiva, procurando compreender todo o processo de libertação, seja através de um telefonema para o número 180, da ida à delegacia de polícia ou até mesmo do ingresso no centro de referência da mulher, que conta com o apoio de uma excelente equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais e advogados.

Ingressando-se na esfera policial, após realizada a oitiva da vítima, será dada a nota de ciência das garantias legais, entre as quais são: a) Garantia de proteção policial; b) Encaminhamento à Unidade Hospitalar e ao Instituto Médico Legal; c) Transporte pessoal e de seus dependentes para local seguro, quando houver risco de vida; d) Acompanhamento na retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar e e) Medidas protetivas em sua defesa e contra o agressor, que poderão ser concedidas pelo juiz de ofício, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, em sede de cognição sumária, e durarão enquanto persistir risco oferecido. Por outro lado, poderão ser indeferidas no caso de avaliação, pela autoridade competente, de inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes<sup>13</sup>.

Verifica-se, ainda sobre as medidas protetivas, que há uma classificação legal a partir de três modalidades, sendo elas: (i) medidas que obrigam o agressor (art. 22); (ii) medidas dirigidas a vítima de caráter pessoal (art. 23) e (iii) medidas dirigidas a vítima de caráter patrimonial (art. 24). Em relação a primeira hipótese, pode-se determinar em desfavor do agressor: (i) o

---

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> MELLO, Adriana Ramos. *Lei Maria da Penha na prática*. São Paulo: Thomson Reuters, 2022, p. 69-70.

afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, com o objetivo de evitar que a mulher seja novamente agredida após a denúncia; (ii) a proibição de determinadas condutas, com a função de impedir que o ofensor tumultue o andamento do procedimento policial ou processual; (iii) restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, com o objetivo de proteger os filhos que presenciaram as ofensas ou que são vítimas diretas das agressões; (iv) Comparecimento a programas de recuperação e reeducação, com a finalidade de acompanhar o homem durante o cumprimento das penas e medidas educativas, em caráter obrigatório e pedagógico e (v) Acompanhamento psicossocial do agressor, com o objetivo de controlar a raiva e a agressividade para restabelecer um comportamento socialmente aceitável e de respeito as mulheres.<sup>14</sup>

Quanto as medidas protetivas que tutelam diretamente a ofendida, a Lei Maria da Penha trouxe quatro hipóteses legais de proteção a mulher, são elas: (i) o encaminhamento da ofendida e de seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção e atendimento; (ii) a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do agressor; (iii) o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos seus direitos relativos aos bens, guarda dos filhos e alimentos; (iv) determinação da separação de corpo; (v) determinação da matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vagas (incluída pela Lei n. 13.882/2019). Destaca-se que as medidas dos incisos I a IV possuem a finalidade de preservar a integridade física e psicológica da mulher após o rompimento da relação amorosa. Por outro lado, a medida protetiva do inciso V busca garantir o acesso à educação dos dependentes da ofendida, posto que muitas vezes a vítima manifesta o seu desejo de mudar-se para outro domicílio.<sup>15</sup>

Por fim, mas igualmente relevante, o artigo 24 da lei dispõe sobre as medidas protetivas patrimoniais, que possuem o objetivo de tutelar os bens individuais e coletivos da vítima, entre as quais estão: (i) a restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor a ofendida; (ii) a proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo mediante expressa autorização judicial; (iii) a suspensão de eventuais procurações concedidas pela ofendida ao agressor e (iv) a prestação de caução provisória, mediante prévio depósito judicial, por perdas e danos decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> *Ibidem.*

<sup>15</sup> *Ibidem.*

<sup>16</sup> *Ibidem.*

Analisada as modalidades de medidas protetivas, insta salientar que, na hipótese do juiz indeferir-las, o advogado da vítima poderá interpor recurso de agravo, expondo as razões pelas quais são necessárias que a decisão seja reformada pelo Tribunal. Contudo, caso a medida seja deferida e descumprida pelo agressor, poderá ser requisitado o agravamento das restrições que foram impostas ou, até mesmo, a decretação de prisão preventiva em desfavor do acusado, que uma vez preso, não poderá ter a sua soltura decretada sem antes notificar a vítima, sob pena de colocar a vida da mulher em risco e aumentar as chances de um feminicídio, crime gravíssimo que será abordado a seguir.<sup>17</sup>

### 3. O FEMINICÍDIO E OS DESAFIOS DE ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO.

Na esteira do processo epistemológico promovido pela Lei Maria da Penha, houve a promulgação da Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015, segundo a qual foi inserida a qualificadora do feminicídio, consistente em matar uma “mulher por razões da condição de sexo feminino”, o que representou mudanças significativas no cotidiano jurídico, desde a investigação policial até o atuar em plenário, perante o conselho de sentença. Por razões da condição do sexo feminino, entende-se do teor do § 2º -A, do art.121 do CP que ocorre quando o homicídio é praticado em circunstâncias de: I - violência doméstica e familiar contra a mulher ou em II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.<sup>18</sup>

Sendo assim, embora a inclusão do feminicídio tenha sido uma importante conquista do movimento feminista para o direito das mulheres, observa-se que há um “furo” na legislação ao se referir a expressão sexo feminino, ao invés de gênero feminino, uma vez que a redação da qualificadora não concede a proteção legal as mulheres transexuais que não tenham feito a cirurgia de transgenitalização. Por outra via, a jurisprudência nacional tem-se consolidado no sentido de que toda vez que uma pessoa que se identifique com o gênero feminino, independentemente da realização da cirurgia de mudança de sexo, for morta em razão da condição de mulher, incidirá a qualificadora do feminicídio.<sup>19</sup>

Nessa toada, tem-se que o sujeito passivo do crime sempre será a pessoa do gênero feminino, enquanto o sujeito ativo pode ser tanto o homem, quanto a mulher, desde que o delito

<sup>17</sup> BRASIL, *op. cit.*, nota 10.

<sup>18</sup> BRASIL. Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/113104.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2023.

<sup>19</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. *Acórdão n. 1184804, 20180710019530RSE*, Relator Des. Waldir Leôncio Lopes Júnior, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 4/7/2019, publicado no DJe: 12/7/2019.

tenha sido cometido dentro das hipóteses legais da qualificadora, ou seja, que se esteja diante de uma relação de violência ou discriminação, em que o poder exercido pelo outro companheiro seja, de alguma forma, maior ou desproporcional ao possuído pela vítima.

No que se refere ao tratamento da vítima perante o sistema de justiça, uma recente pesquisa do CNJ<sup>20</sup>, concluída no relatório "Entre Práticas Retributivas e Restaurativas: a Lei Maria da Penha e os Desafios do Poder Judiciário", destacou a insatisfação das mulheres vítimas de violência doméstica com relação ao poder judiciário, havendo a maioria delas afirmado que se sentiram revitimizadas pela forma como foram tratadas pelas instituições jurídicas. Ademais, algumas vítimas chegam até a afirmar que só recomendariam o processo porque não haver outra alternativa diferente no momento. Tal assertiva indica a existência de falhas no sistema judiciário relativas à proteção das mulheres, evidenciando a urgente necessidade de revisar a abordagem em relação às vítimas, reconhecendo-a como pessoa sujeita de direitos, que merece respeito.

Um exemplo clássico de revitimização e descaracterização da ofendida ocorreu durante a defesa do Dr. Evandro Lins e Silva, na primeira sessão de julgamento do caso Doca Street. Nesta ocasião, conforme será descrito, o advogado constantemente fazia referências a vida íntima da vítima, dando a entender que era uma mulher moralmente indigna, por exercer livremente o seu direito ao sexo. Em contrapartida, Evaristo de Moraes, na qualidade de assistente de acusação, afirmava: - “não matem de novo Ângela Diniz.” Assim, durante a sessão plenária, além da desqualificação da imagem da vítima, Evandro Lins e Silva também utilizou como estratégia defensiva a narrativa da passionalidade do crime. Em síntese, Ângela teria conhecido Gabrielle Dayer na praia dos ossos, com quem teria se envolvido amorosamente. Ao contar os fatos para Doca, o mesmo não teria concordado com a ideia de que os três mantivessem um relacionamento sexual simultâneo, o que teria sido o ponto ápice da briga do casal, que culminou, posteriormente, no assassinato da vítima. Em decorrência fática, alegando a legítima defesa da honra, o advogado conseguiu com que seu cliente fosse condenado a apenas dois anos de reclusão, com direito a suspensão condicional da pena, ou seja, ele não seria privado de liberdade. Tal situação foi revertida apenas em 1981, quando o Ministério Público apresentou um novo recurso e o caso foi levado novamente a júri popular, pelo qual Doca foi condenado a uma pena de 15 anos de reclusão por homicídio qualificado, em razão de não haver nenhuma escusa de proteção a honra.<sup>21</sup>

Entretanto, Ângela não foi a única vítima a ser desacreditada, mesmo após a sua morte,

---

<sup>20</sup> AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS. *Pesquisa revela frustração de mulheres vítimas de violência com a Justiça*. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85601-pesquisa-revela-frustracao-de-mulheres-vitimas-de-violencia-que-buscam-solucao-na-justica>>. Acesso em: 12 nov.2023.

<sup>21</sup> COSTA, *op. cit.* nota 24.

perante o Tribunal do Júri brasileiro. Outro grande exemplo se refere ao caso da Cícera Alves Sena, vulgo Amanda Bueno, que foi assassinada no dia 16 de abril de 2015, por seu próprio noivo, que bateu com a sua cabeça diversas vezes na pedra do jardim de casa e realizou 14 disparos de arma de fogo, tendo 5 deles sido efetuados já após a sua morte. Ao levar o caso a plenário, o ilustre promotor de justiça relatou aos jurados que, apesar da brutalidade do crime, a defesa iria tentar desconstruir a imagem da vítima, de tamanha maneira que aquele julgamento seria inteiramente relativo a uma questão de gênero. Assim, consoante o previsto, a retórica elaborada pela defesa atacou constantemente a imagem da vítima, havendo sido feito perguntas relativas ao seu emprego como dançarina e até mesmo sobre o tipo físico “avantajado” que ela possuía. Subsequentemente, o patrono do réu ainda se referiu ao grupo em que Amanda participava como: “gaiola das loucas” e “mulheres que dançam peladas”, tentando justificar que a conduta perpetrada pelo agressor se limitava a sua exposição pessoal e profissional. Em contrapartida, retratou Milton como um companheiro bom e carinhoso, que havia agido sob o domínio de violenta emoção, em um lapso de surto psicológico. Ao fim do plenário, Milton Severiano Vieira foi sentenciado a 40 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão e 32 dias multa, pelos delitos de homicídio, porte ilegal de arma de fogo e roubo, havendo sido rejeitada a tese da legítima defesa da honra, com destaque na sentença ao requinte de crueldade e barbaridade pela forma com que o agressor destruiu o corpo da sua ex-noiva.<sup>22</sup>

Tais casos nos levam a questionar até que ponto a legítima defesa da honra, consubstanciada nos princípios da plenitude de defesa e da ínfima convicção, pode ser utilizada como escusa para ultrapassar os limites éticos que toda sessão de julgamento deve observar. Até quando será permitido que se invertam os papéis na sessão plenária, em que a vítima é colocada na condição de ré, tendo a sua dignidade novamente violada, enquanto o verdadeiro culpado enaltece a sua “honra”, sempre em prol da tentativa de obter impunidade de crimes bárbaros.

Sem dúvidas, tentar compatibilizar o Direito de defesa com os Direitos humanos em debate não é uma tarefa fácil, posto que ainda causa controvérsia e divergência entre os mais respeitados profissionais da área, mas que diante da preservação da dignidade da vítima e das normativas internacionais, se faz extremamente necessário. Em sua essência, o direito de defesa traduz a própria expressão da democracia e da manutenção da ordem jurídica, uma vez que a oportunidade de fala e escuta, com a plena consciência dos atos praticados e de todas as suas

---

<sup>22</sup> MENDES, N. G. Os argumentos da acusação e da defesa no plenário do tribunal do júri e a mulher como vítima no crime de feminicídio. *Revista Gênero e Direito*, [S.l.], v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero\\_e\\_direito/edicoes/1\\_2017/pdf/NayraGomesMendes.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/NayraGomesMendes.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.

consequências, é um dos pilares fundamentais do Estado democrático de direito, que se concretiza especialmente nos direitos à liberdade, igualdade e a justiça social.

Assim, a ausência da garantia da defesa é lacuna insustentável no sistema processual, e que “debemos reconocer, además, que esta laguna, es decir la falta de defensa, termina por volver vanas todas las otras garantías del correcto proceso”. Daí a figura do advogado ou defensor como metagarantista do “direito a ter direitos”. Portanto, na qualidade de agentes garantidores do Estado democrático (direito a ter direitos), que tem como expressão a própria efetivação dos direitos humanos, tal como é a liberdade e igualdade, aliada a promoção da justiça social, os advogados e defensores devem-se abster de praticar atos que reforcem violações estruturais aos próprios direitos humanos, tal como ocorre na tese da legítima defesa da honra, na medida em que corrobora a cultura da discriminação contra a mulher e os anos de violência social vividos por pessoas do gênero feminino.<sup>23</sup>

Não obstante a plenitude de defesa, os direitos humanos funcionam como verdadeiros balizadores éticos-profissionais da atuação do defensor, com vistas a não intensificar a violação estrutural de Direitos Humanos e o Estado de Coisas Inconstitucionais perpetrado pelo Estado. Em outras palavras, os “limites ao direito de defesa”, se encontram no próprio papel do advogado ou defensor enquanto instrumento do regime democrático, bem como na sua atuação de promotor dos Direitos Humanos, que ao invés de utilizar teses atentatórias e contraditórias a própria função que possui dentro do sistema de justiça, deve se utilizar da sociologia criminal, destacando que o agressor também é uma vítima indireta da cultura do machismo, na medida em que: (i) cresceu assistindo a grande mídia, que objetifica o tempo inteiro a mulher; (ii) presenciou, muitas vezes, as agressões perpetradas pelos homens da sua família, sem que houvesse qualquer punição por isso; (iii) recebeu comandos quanto ao “comportamento de homem”, não podendo demonstrar sentimentos, chorar ou integrar brincadeiras consideradas de meninas e entre outros, que o levaram a construir na vida adulta o pensamento de domínio e superioridade sobre a mulher.<sup>24</sup>

Diante das diversas possibilidades de se construir uma defesa ética, finalmente o STF decidiu, em março de 2021, que a tese da “legítima defesa da honra” é inconstitucional, por violar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF), havendo excluído a respectiva tese do âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência, proibido à defesa, à acusação, à autoridade

---

<sup>23</sup> COSTA, R. T. *Os direitos humanos como limite ético na defesa dos acusados de feminicídio no tribunal do júri*. [S.l.], 2021. Disponível em: [https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Padroes de Defesa Eficaz\\_artigo-Renata.pdf](https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Padroes%20de%20Defesa%20Eficaz_artigo-Renata.pdf). Acesso em: 25 nov. 2023.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a legítima defesa da honra (ou qualquer outro argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, inclusive durante a sessão plenária, sob pena de nulidade do ato e do julgamento. Subsequentemente, dispondo sobre a impossibilidade do acusado beneficiar-se da própria torpeza, ficou vedado o reconhecimento da nulidade nas hipóteses em que a defesa tiver utilizado a tese meramente com esta finalidade.<sup>25</sup>

Ademais, como forma de coibir a aplicação da tese discriminatória em todos os graus de jurisdição, o Supremo Tribunal Federal ainda decidiu que não fere a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri, o provimento de apelação que anule a absolvição fundada em quesito genérico, quando, de algum modo, implique na repristinação da narrativa da legítima defesa da honra. Portanto, observa-se que no julgado em questão, o Supremo Tribunal Federal confirmou a tese anteriormente suscitada, na medida em que reconheceu a inconstitucionalidade da legítima defesa da honra por violação estrutural dos direitos humanos basilares (dignidade, igualdade e vida), havendo atuado em sua função transformadora, preponderante nos debates que visam solucionar conflitos existentes entre duas ou mais normas constitucionais.

## CONCLUSÃO

A violência contra a mulher não é um fenômeno social recente e a igreja teve destacada importância no estabelecimento e na manutenção desse estado de coisas inconstitucionais, na medida em que fortalecia a opressão sexual, através da total obediência a padrões morais ortodoxos, vinculados ao sexo, ao casamento e à família. Sob o ângulo desse delineamento histórico, foi necessário, para o desenvolvimento do capitalismo, eliminar a possibilidade de as mulheres controlarem sua reprodução, a qual se tornou uma questão de política de Estado. Assim, coube ao Estado o controle sobre a reprodução, sendo a mulher o ser biológico apto, para fornecer ao capitalismo a força de trabalho necessária para a sobrevivência do sistema. Ao evoluir e diante do dinamismo que caracteriza a sociedade contemporânea, o sistema jurídico precisou lançar olhar voltado às demandas das mulheres, necessitando respeitar as normas constitucionais, com destaque ao princípio da dignidade humana.

Diante desta perspectiva, ao analisar a demanda criminalizadora insurgente na luta das mulheres pela igualdade de gênero, é possível afirmar que o Movimento Feminista em muito

---

<sup>25</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 779*. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755906373>. Acesso em: 28 nov. 2023.

contribuiu para dar visibilidade a crescente problemática da violência de gênero, bem como politizar o espaço privado. Verifica-se, assim, que violência contra a mulher encontra-se enraizada na sociedade brasileira, por meio da cultura do machismo, sendo aprendida dentro da própria casa das mulheres e reproduzida, inclusive, pelas vítimas, podendo ser dado, como exemplo, o fato de que antigamente as mulheres não denunciavam as agressões que recebiam dentro do lar, por acreditarem que eram as responsáveis pela atitude do marido, em razão de não terem feito algo da maneira correta. Em outras palavras, havia a terceirização da culpa, o que fazia com que a mulher erroneamente crê-se, como por muitas vezes ainda crê, que o agressor lhe bateu e deu o empurrão porque ela havia errado. Lamentavelmente, muitas vezes as vítimas tentam justificar a atitude agressiva do homem por meio de algo que aconteceu ao longo do dia, quando, na verdade, o problema está apenas com ele.

Em resposta, a Lei Maria da Penha trouxe relevante instrumento na defesa de seus direitos. Trata-se da medida protetiva de urgência, que, uma vez indeferida, possibilita ao advogado da vítima interpor recurso de agravo, expondo as razões necessárias para que a decisão não concessiva, seja reformada pelo Tribunal. Em sentido contrário, caso a medida seja deferida e descumprida pelo agressor, o magistrado poderá decretar o agravamento das restrições que foram impostas ou, até mesmo, decretar a prisão preventiva do acusado. Por fim, tendo sido decretada a prisão preventiva do agressor, a autoridade judicial não poderá decretar a sua soltura sem antes avisar a vítima, sob pena de colocar a vida da mulher em risco e aumentar as chances de causar um feminicídio.

Nesse sentido, a inclusão da qualificadora de feminicídio e a institucionalização da medida protetiva de urgência foram, sem dúvidas, conquistas para o direito das mulheres, uma vez que abriram as portas para que as lesões fossem vistas em um contexto diferenciado, tal como é o crime de homicídio por ódio ao gênero feminino. Muito embora, deve-se ter a clareza de que somente a criação da lei não garante a solução do problema da violência contra a mulher, se não se faz acompanhar de políticas preventivas que privilegiem a proteção da vítima. Desta forma, também há necessidade de constituição de um sistema judicial sensibilizado e preparado, desde a perspectiva de gênero e que, ademais, funcione, na medida em que a estratégia utilizada pela defesa é quase sempre a de desqualificar o comportamento da vítima e minimizar, o quanto possível, a conduta violenta do acusado.

Como forma de diminuir tamanha violência, o STF decidiu, em março de 2021, por unanimidade de votos, que a tese da “legítima defesa da honra” é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF), de modo a excluir a legítima defesa da honra



do âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência, obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o Tribunal do Júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento. Contudo, diante da impossibilidade de o acusado beneficiar-se da própria torpeza, fica vedado o reconhecimento da nulidade, na hipótese de a defesa ter-se utilizado da tese com esta finalidade, uma vez que o prejuízo decorre do seu acatamento. Por fim, como forma de coibir a aplicação da tese revitimizadora em todos os graus de jurisdição, o STF ainda decidiu que não fere a soberania dos vereditos do Tribunal do Júri o provimento de apelação, que anule a absolvição fundada em quesito genérico, quando, de algum modo, possa implicar a repristinação da odiosa tese da legítima defesa da honra.

Percebe-se que, apesar de ser fundamental assegurar a possibilidade de tutela criminal para a violência contra a mulher e de considerar esta oportunidade como uma conquista importante do Movimento Feminista, não se deve ignorar a importância das políticas públicas educacionais, que podem ser mais efetivas em certos casos. Assim, recomenda-se a ampliação de políticas públicas em todos os setores sociais. Porém, não se deve afastar a possibilidade de apreciação pelo Poder Judiciário quando necessário e como forma de se adequar o Direito Penal a seu princípio da intervenção mínima, além da necessidade de se satisfazer o anseio social das vítimas, que por vezes não têm interesse na simples punição do agressor.

É, desta forma, que se respeitam os princípios da dignidade humana e da defesa dos direitos da mulher, tal como estabelece a Constituição da República, os Tratados e Convenções Internacionais e a importante Lei Maria da Penha.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Brasil*. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/283>.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 20 out. 2023.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm). Acesso em: 04 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 9.099/95, de 26 de setembro de 1996.* Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm). Acesso em: 10 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. *RESP n. 1.861.769/RS.* Relator: Nefi Cordeiro. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=108230898&num\\_registro=202000346131&data=20200403](https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=108230898&num_registro=202000346131&data=20200403). Acesso em: 22 out. 2023.

COSTA, R. T. *Os direitos humanos como limite ético na defesa dos acusados de feminicídio no tribunal do júri.* [S.l.], 2021. Disponível em: [https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Padroes-de-Defesa-Eficaz\\_artigo-Renata.pdf](https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Padroes-de-Defesa-Eficaz_artigo-Renata.pdf). Acesso em: 25 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. *O papel do assistente da mulher previsto no artigo 27 da lei maria da penha nos crimes de feminicídio no tribunal do júri.* Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/60c98ffa951349969d5b9612340d7028.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.* São Paulo: Elefante, 2017.

G1. *Juíza morta na Barra da Tijuca pelo ex-marido levou 16 facadas diz laudo do IML.* Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/26/juiza-morta-na-barra-da-tijuca-pelo-ex-marido-levou-16-facadas-diz-laudo-do-impl.gh.html>. Acesso em: 05 out. 2023.

MELLO, Adriana Ramos. *Lei Maria da Penha na prática.* São Paulo: Thomson Reuters, 2022.

MENDES, N. G. Os argumentos da acusação e da defesa no plenário do tribunal do júri e a mulher como vítima no crime de feminicídio. *Revista Gênero e Direito*, [S.l.], v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero\\_e\\_direito/edicoes/1\\_2017/pdf/NayraGomesMendes.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/NayraGomesMendes.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.